

ENSAIOS RELAÇÕES DE PODER NA FAB



José NOGUEIRA Sobrinho
Tenente-Coronel Especialista em Avião Ref
Aspirante EOEIG 1969
Recife – 2018

RELAÇÕES DE PODER NA FAB ENSAIOS

SUMÁRIO

ENSAIOS

I – Oficiais e Graduados Especialistas – 2

(Nogueira – TCel Esp Av)

II – Escola de Técnicos e Infantes – 9

(Nogueira – TCel Esp Av)

III – Desvios – 14

(Nogueira – TCel Esp Av)

ANEXOS (Transcrições autorizadas)

I – Formação do Oficial – 21

(Brigadeiro do Ar Santa Clara)

II – Formação e Treinamento do Oficial Especialista – 22

(Dominguez – Cel Av)

III – O Mais, do Mesmo – 26

(Dominguez – Cel Av)

IV – Ainda a Formação do Oficial Especialista – 30

(Dominguez – Cel Av)

CAPA – Imagem da internet

“Os fatos não deixam de existir simplesmente por serem ignorados” – Aldous Huxley.

Só existe uma coisa mais difícil do que pôr na cabeça de um militar uma ideia nova: é tirar a antiga”.
– Almirante Mário César Flores.

“Tudo já foi dito uma vez, mas como ninguém escuta, é preciso dizer de novo”
– Andre Gide.

ENSAIOS

RELAÇÕES DE PODER NA FAB

I – OFICIAIS E GRADUADOS ESPECIALISTAS

“Planejamento de longo prazo não lida com decisões futuras, mas com o futuro de decisões presentes” – Peter Drucker.

1 – TERMOS DA DISCUSSÃO

A política de **acesso exclusivo** do graduado aos Quadros de oficiais especialistas e de infantaria, limitados ao posto máximo e restritíssimo de tenente-coronel, era sustentada pelo inexpressivo Quadro então único de oficiais especialistas e pelo também inexpressivo Quadro de infantaria, formados na antiga EOEIG-Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda. O Quadro de infantaria era composto por ex-cadetes (40%) e ex-graduados (60%) das especialidades **não básicas**; e o Quadro de especialistas, logo (1950) fragmentado nas suas sete especialidades – suprimento, avião, comunicações, armamento, reconhecimento foto, reconhecimento meteorológico e controle de tráfego aéreo –, chamadas **básicas** por serem essenciais ao combate, era formado por ex-graduados dessas especialidades.

Com a requalificação da infantaria (formação na AFA), e para que essa “política” fosse mantida, o Quadro fragmentado de oficiais especialistas foi extinto, porque só abrigava as especialidades básicas. No seu lugar, como algo novo, foi criado o QOEA-Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (Quadro único, com a mesma denominação do Quadro fragmentado extinto), de acesso limitado a capitão e abrigando ex-graduados (suboficiais e primeiros-sargentos) das especialidades tanto básicas, como não básicas, inclusive infantes, agora denominados especialistas (sic), razão da não requalificação do oficial especialista. Sem dúvida, um retrocesso.

O QOEA, além de oficializar o que sempre existiu na FAB, o oficial auxiliar, foi simples reedição ampliada (para abrigar também as especialidades não básicas) do antigo (1941) QOM-Qua-

dro de Oficiais Mecânicos, composto por suboficiais e primeiros-sargentos das especialidades básicas, acesso limitado a capitão e origem, na FAB, do corpo de oficiais especialistas. Política que tem tudo a ver com as relações de poder, porque trata o oficial especialista, como tratava antes o infante, como mera extensão do graduado. E como isso é fato, permite a sua confirmação e discussão objetivamente, sem desarrazoados e emoções.

2 – QUADROS BÁSICOS

Em 20/1/1941, a FAB foi criada com os clássicos seis Quadros Básicos de oficiais, cada um abrigando as suas várias especialidades, e assim chamados por serem essenciais ao combate: aviadores, médicos, intendentes, engenheiros, infantes e especialistas. Com um detalhe: os Quadros de engenheiros, infantes e especialistas fora dos padrões das grandes forças aéreas. A guerra aérea sustenta-se na arte do piloto de caça, na ciência do engenheiro e na tecnologia do especialista, esta extensiva à artilharia antiaérea (AAA) do infante, mais a participação das aviações de apoio ao combate. Recentemente, com o drone, o que se conhecia como C³I (Comando, Controle, Comunicações e Inteligência) ganhou mais um “C”, de Computadores, por conta dos fantásticos avanços da computação e da robótica na guerra aérea, agregando mais valor à arma técnica do especialista.

Mesmo assim, nos anos 1960 e 1970, respectivamente, só foram reestruturados o Quadro de engenheiros (então composto por civis e oficiais temporários), e o Quadro de infantes (composto até então por ex-graduados das especialidades não básicas e ex-cadetes inabilitados para o voo). Não foi feito o mesmo, e nos mesmos moldes, com o Quadro de oficiais especialistas, o único composto exclusivamente por ex-graduados das especialidades básicas e fragmentado em sete pequenos quadros, um para cada uma dessas especialidades. Isso, porque, como explicado em *1-Termos da discussão*, havia o propósito de sua extinção e recriação, com o mesmo nome (oficial especialista), reagrupado em Quadro único de oficiais auxiliares, antiga reivindicação dos graduados (que viam na EOEIG obstáculo intransponível para o oficialato), no que a formação do especialista na AFA nunca foi empecilho. Mas o arranjo não deu certo. E porque não deu certo, em vez de desfeito, foi ampliado com a recriação do Quadro fragmentado de oficiais especialistas.

Quadros Básicos são suplementares uns aos outros porque, no preparo e emprego necessariamente se somam e cres-

cem juntos, tornando o todo, como se espera, maior que a soma de suas partes. Básico, o fragmentado Quadro de oficiais especialistas ainda continua na condição de complementar. E isso só pode ser compreendido se conhecidos os seus antecedentes.

3 – O QUADRO DE ENGENHARIA

No Quadro de engenharia, o mando cabia aos então existentes e prestigiadíssimos aviadores-engenheiros, poucos, liderados pelo brigadeiro Montenegro, se comparados aos aviadores não engenheiros, muitos, liderados pelo brigadeiro Eduardo Gomes. Os não engenheiros temiam perder o poder para os engenheiros, crise que atingiu o auge na criação do CTA-Centro Técnico Aeroespacial, atual DCTA-Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica, e o seu então único instituto, o ITA-Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Para pacificar os aviadores, pois o CTA era caminho sem volta, a saída foi extinguir o aviador-engenheiro e reorganizar o Quadro de engenheiros.

4 – O QUADRO DE INFANTARIA

Na mesma situação de mando do antigo Quadro de engenheiros e do atual Quadro fragmentado de oficiais especialistas, o Quadro de infantaria, até ser reorganizado, tinha um tenente-coronel, três majores, vinte e cinco capitães e número variável de tenentes. Com esse efetivo, não conseguiria cumprir a missão da infantaria, de segurança permanente, com quadros do oficial-general ao soldado, a mesma dificuldade (cumprimento da missão) ainda hoje encontrada no Quadro fragmentado de oficiais especialistas. No Exército, essa missão se estende a todo o território nacional. Na Marinha (Fuzileiros Navais), em quartéis, bases, portos, litoral, ilhas, lagos e rios. Na Força Aérea (Infantaria da Aeronáutica), em quartéis, aeroportos, bases e espaço aéreo, com carros de combate urbano, carros de transporte urbano, equipamentos de comunicações eletrônicos, artilharia antiaérea (AAA), helicópteros e drones, com efetivo, equipamento e armamento adequados à missão (Livro Branco de Defesa Nacional – 2012). Realidade no Exército e na Marinha, mas não na FAB.

Diante disso, e porque não cabia em um Quadro auxiliar, mas, no mínimo, em duas brigadas, uma de infantaria e outra de artilharia antiaérea, foi preciso requalificar o Quadro de Infantaria e levar a formação do oficial infante para a AFA. Ajudou muito o fato de o infante atuar fora da aviação e não disputar funções com o aviador, diferentemente do especialista (eis a questão),

que trabalha, voa, combate e eventualmente morre, no apoio à guerra aérea, junto com o piloto do apoio.

5 – O QUADRO DE ESPECIALISTAS

Também na mesma situação de mando dos antigos Quadros de engenheiros e infantess, ao Quadro fragmentado de oficiais especialistas, atingido no que tinha de mais importante, a sua unidade, indispensável na sua ação igualmente permanente de apoio ao combate, em vez da requalificação, restou a extinção.

Quadros são compostos por especialidades, e não o contrário. O Quadro de aviadores, por exemplo, tem cinco especialidades: caça, transporte, helicóptero, reconhecimento e patrulha. Esse princípio da administração moderna só foi quebrado no Quadro de oficiais especialistas. As circunstâncias salvaram o infante (e suas várias especialidades – guarda e segurança, artilharia antiaérea, forças especiais, polícia, parasar, mobilização, informações), mas não o especialista, substituído por Quadro único, e de mesmo nome, de oficiais auxiliares, QOEA–Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica. É nesse contexto que os oficiais especialistas, recriados, fragmentados, continuam sem visão estratégica e limitados à prática, para que outros possam pensar por eles. E isso tem nome: desperdício de talentos. Não faz sentido. “Uma arma não substitui outra arma.” – Napoleão.

6 – O(S) QUADRO(S) AUXILIAR(RES)

Com a formação do infante na AFA, a EOEIG–Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda foi acertadamente extinta, por se tratar de uma segunda escola de formação de oficiais. Extinguir a Escola, por desnecessária e cara, é uma coisa, mas extinguir o oficial especialista (das especialidades básicas), considerado problema e não solução, foi como dar as costas ao espetáculo do crescimento tecnológico. A inovação vencida pela volta ao passado (1941), quando o oficial especialista, contrariando o padrão do primeiro mundo, era recrutado para o QOM–Quadro de Oficiais Mecânicos (origem do corpo de oficiais especialistas), somente entre suboficiais e primeiros-sargentos das especialidades básicas. Todos com no mínimo vinte anos de “prática”, e acesso limitado a capitão, reafirmando, assim, o desequilíbrio entre Ciência (engenheiros) & Tecnologia (especialistas), na sustentação do apoio ao combate, situação, hoje (2018), praticamente sem mudança.

Contrária aos interesses da Força, diversionista e paterna-

lista, essa política de acesso exclusivo do graduado ao oficialato especialista, louvada como “a experiência brasileira que deu certo”, nunca foi copiada por nenhuma grande força aérea. Nem na forma de pequenos quadros, nem na de quadro auxiliar único, muito menos nas duas formas simultaneamente, como na FAB. O oficial fruto desse improvisado não preenche as necessidades mínimas da Força, e um de seus efeitos colaterais é a impossibilidade de um plano de carreira; já para o graduado, a geração, e a consequente frustração, de enorme expectativa de acesso ao oficialato, como se as carreiras se confundissem, embora a arma técnica, e as demais armas, vá do soldado ao coronel. Nos exércitos, não tem como, por exemplo, o sargento de cavalaria ser oficial dessa arma, sem cursar a Academia.

7 – A VOLTA

O Quadro fragmentado de oficiais especialistas, dez anos depois de extinto e quase esvaziado, começou a fazer falta, pois já não atuava mais nem como mero suporte técnico (fundamento da segurança de voo) de sua antiga condição (sem status de arma), condição mínima que o Quadro auxiliar não conseguiu atingir. Ficou evidente que a troca do Quadro fragmentado de oficiais especialistas pelo Quadro Auxiliar, além de não resolver, agravou o problema.

Em função disso, e graças a análises consolidadas (“... análises consolidadas impedem que se enxerguem, com nitidez, situações novas” – Marcio Aith, Veja, 17/8/08), o oficial especialista, com os mesmos vícios de origem, voltou a ser formado, dessa vez no DECEA-Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ILA-Instituto de Logística da Aeronáutica e IPV-Instituto de Proteção ao Voo. Cursos depois centralizados na EPCAR-Escola Preparatória de Cadetes e, por fim, no CIAAR-Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, onde já funcionava e continua funcionando o EAOF-Estágio de Adaptação de Oficiais (Quadro Auxiliar), que deveria ter sido extinto, e não foi. E porque não foi, o que era problema, depois problema maior, cresceu ainda mais, com a recriação do Quadro fragmentado de oficiais especialistas e a consequente volta da antiga condição da arma técnica de simples suporte técnico, além da inexplicável duplicação das especialidades da arma (suprimento, avião, comunicações, armamento, reconhecimento foto, reconhecimento meteorológico e controle de tráfego aéreo) no Quadro auxiliar (EAOF). Um complicador a mais. A FAB tinha, com o fragmentado Quadro de oficiais especi-

alistas, sete inexpressivos Quadros de oficiais auxiliares, e agora tem oito, quando não deveria ter nenhum.

E, claro, para o candidato ao concurso de oficial especialista (CFOE), novamente a exigência de oito anos, no mínimo, de "prática", como graduado, o que não é cobrado desse mesmo graduado no concurso de mesmo nível para a AFA. Tempo que frequentemente mais do que dobra em função da oferta irrisória de vagas anuais, cinco, por pequeno quadro, e às vezes nem isso, e da enorme dificuldade na resolução das provas do concurso, sete, ao todo: português, inglês, matemática, física, química, desenho técnico e a especialidade), único dado positivo, que vigorava antes. E por conta disso, e se tiver sorte (?), **formar-se tenente do apoio ao combate com a idade típica de coronel**, além do risco da compulsória por idade. Numa relação direta de causa e efeito dessa afirmação, Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-315/2010), renovada ano a ano, lista, no perfil do aluno do CFOE (pág 10, letra c): O Aluno "não completa 41 (quarenta e um!) anos de idade até 31 de dezembro do ano da matrícula". Na EOEIG, criada em 1953, e até ser desativada (Portaria 394/GM3, de 28/3/1983), esse limite era de 32 anos (Portaria 673/GM2, de 2/7/1957). Subiu, em vez de baixar, piorando o que já era ruim, e que só será resolvido com a formação na AFA.

8 – UM PASSO À FRENTE, ALTO!

Depois de sessenta e nove anos de espera, a Portaria 781/GC3, de 10/11/2010, criou o posto de coronel para o oficial especialista, abrindo-lhe as portas da ECEMAR–Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Mas sem reconhecer a característica do especialista de operador de arma, que o diferencia de outros técnicos, como engenheiros (clássicos), cientistas, pesquisadores, que atuam na retaguarda, motivo de todas as Forças adotarem o modelo padrão universal de separar, em Quadros próprios, oficiais engenheiros não combatentes (na ciência, formados nas escolas de engenharia), e oficiais engenheiros combatentes (na tecnologia, formados nas academias militares), caso do oficial especialista nas forças aéreas.

A arma técnica opera, no apoio ao avião (e ao drone) de combate, na seguinte sequência de suas especialidades: Suprimento e manutenção, para o avião voar; comunicações e armamento, para combater; reconhecimento foto, para saber que alvo atacar; reconhecimento meteorológico, para a escolha da melhor rota; e controle de tráfego aéreo militar, guia seguro na navega-

ção, na patrulha e no combate, em tempo real.

Esse é o ponto culminante da abrangência ainda maior que cada especialidade da arma tem. Abrangência não só no domínio da logística técnica de apoio a todas as armas, mas no conhecimento a fundo das especialidades (e não apenas do que Schopenhauer chamou de “consciência nebulosa do assunto”), dado pela formação, para poder garantir essa operacionalidade, incluindo-se aí a atividade aérea do especialista como tripulante. E por não ter a titularidade de sua arma, impedindo-o de pensá-la, o oficial técnico enfrenta muita indefinição na sequência de atuação dessas especialidades, agravada pela pulverização do Quadro em sete pequenos Quadros.

9 – MASSA CRÍTICA

A pulverização do Quadro Técnico compromete definitivamente a visão de conjunto e o efetivo mínimo (massa crítica), que atendesse pelo menos aos tempos de paz, que o emprego de qualquer arma ou serviço exige. Mas nem mesmo o acesso à ECEMAR, e ao posto de coronel, foi capaz de quebrar a lógica paternalista da formação do oficial especialista, conferindo-lhe identidade e pertencimento à Força. De fato, nada mudou. Havia exatos onze tenentes-coronéis especialistas; agora, exatos onze coronéis. E tudo continua como antes.

Veja-se (2018) o atual (e quase tão pequeno quanto antes) Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento (situação que se repete, daí para pior, nos demais pequenos Quadros de especialistas), com 2 coronéis, 11 tenentes-coronéis, 25 majores, 32 capitães, 21 primeiros-tenentes e 10 segundos-tenentes, com número de vagas entre os postos desequilibrado e fora do padrão, efetivo baixíssimo e sem mando efetivo para atender o sistema de armas, e incompatível com um plano de carreira. Diferentemente dos demais Quadros Básicos, como previsto no Estatuto dos Militares (fluxo de promoções). No final de 2011, a primeira turma de especialistas foi convocada para cursar (2012) a ECEMAR, propiciando, em 2013, as primeiras promoções de especialistas a coronel, ocasião em que um dos concluintes, atingido pela compulsória, não foi promovido.

10 – CIÊNCIA & TECNOLOGIA

“Aquilo que damos atenção vira a nossa realidade e aquilo que não damos atenção desaparece da nossa realidade” – Alan Wallace. A ciência do engenheiro e a tecnologia do especialista

são absolutamente indispensáveis na guerra, mas só se dá atenção ao engenheiro, embora não completamente. E é exatamente a falta de atenção que torna o especialista invisível. O desencontro nessas áreas do conhecimento nasceu com a FAB. Nesse particular, até hoje se conta, nos corredores do ITA, o que aconteceu, nos primórdios dessa escola modelar, com engenheiro mecânico norte-americano contratado pelo Brigadeiro Montenegro para ensinar aos alunos como funcionavam os motores de avião Wright. A sua contratação foi contestada porque, “simples mecânico”, ganhava mais do que qualquer militar. No entanto, ele era formado no MIT (Massachusetts Institute of Technology), onde lecionava, um dos mais respeitados centros de ensino e pesquisa tecnológica do mundo. “Essa história aconteceu”, atesta o brigadeiro engenheiro Pacitti, ex-reitor do ITA (MORAIS, Fernando. Montenegro. São Paulo: Editora Planeta, 2006, p. 216).

Felizmente, o próprio Brigadeiro Montenegro, homem de profunda visão estratégica, aviador e engenheiro, hoje Patrono da Engenharia, idealizador e fundador do CTA-ITA, chamou para si a defesa do “simples mecânico” – por ser do interesse nacional para o desenvolvimento da ciência e tecnologia – e pioneiramente começou o desmonte dessa mentalidade contrária à Força Aérea e ao Brasil. E que satisfatoriamente só prosperou para o engenheiro. O especialista ainda esbarra em barreiras, algumas vistas aqui, e até no Padrão de Desempenho de Especialidades-PDE, do COMGEP-Comando Geral do Pessoal, para todos os Quadros, tanto básicos, como não básicos, documento que oficializa a confusão entre o oficial especialista do Curso de Formação de Oficiais Especialistas-CFOE, com acesso a coronel, e o oficial do Estágio de Adaptação ao Oficialato-EAOF, também chamado Especialista, com acesso a capitão. Confusão que começa na duplicação das especialidades básicas do CFOE no EAOF, nos nomes dos Quadros, nos símbolos desses Quadros, e acaba naturalmente nas funções e com a motivação do oficial do CFOE.

11 - PAVLOV EXPLICA

Depois de o oficial infante passar a ser formado na AFA, o acréscimo de cinco anos para oito na exigência de tempo, como graduado, para o candidato ao curso de formação de oficial especialista (CFOE), no CIAAR, foi justificado e saudado como “o avanço que faltava na busca pelos melhores”. Melhores em que sentido? E avanço, como, se o resultado, no homem, é o contrário disso e diretamente proporcional ao tempo que ele passa des-

necessariamente em atividades mecânicas e repetitivas?

As pesquisas de Pavlov, dos reflexos condicionados, demonstram isso com clareza. E o seu efeito, nos oficiais especialistas (e nos infantes antes de serem formados na AFA), é a dificuldade real que eles têm, com as devidas exceções, de se adaptarem à nova realidade, como oficiais. Problema que não afeta o graduado que cursa a AFA, pois dele só se exige preparo acadêmico e limite de idade, para ser cadete, nem afetava os ex-cadetes formados em infantaria e suprimento, na EOEIG.

Em 1968, aprovado no concurso à EOEIG-Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (Curso de Avião), após as formalidades da apresentação na Escola, encontrei, no Corpo de Alunos, aspirante infante ex-sargento infante do meu pelotão, na EEAR-Escola de Especialistas da Aeronáutica (graduados). Dei meia-volta. O aspirante mandou-me parar e me disse que, agora, as coisas seriam diferentes. Não foram. O aspirante era, na EOEIG, o que era o sargento, na EEAR. Pavlov explica.

Naquele momento, com espantosa clareza, compreendi porque duas cláusulas pétreas, formação na EEAR, mais oito anos de prática, eram (e continuam sendo) exigidas na FAB, exclusivamente para o candidato a oficial especialista, na contramão das grandes forças aéreas. E novamente Pavlov explica.

12 – O QUE FAZER

Nos países centrais, e em vários periféricos, para evitar perdas operacionais, administrativas e financeiras importantes, o oficial do CFOE é formado nas academias militares, ao tempo em que não existe o oficial do EAOF. Para o graduado, a exemplo dos EUA, Paraguai e outros países, é dada promoção em dinheiro (soldo de capitão para o suboficial escalonado até o terceiro-sargento), gerando outras vantagens (além dos ganhos financeiros, administrativos e operacionais), como não misturar as carreiras de oficiais e graduados; não desfalcar a reserva; não tirar o homem (e a mulher) do seu meio e especialidade, fazendo-o perder a identidade; e, finalmente, solucionar o problema da remuneração do graduado. Diz-se, porém, que o soldo de capitão para o suboficial subverte a hierarquia, o que não é verdade, pois, se assim fosse, não seria adotado pela maior potência militar do planeta; e que a Academia, por se situar em Pirassununga, não disporia de corpo docente capaz de formar o especialista, embora forme aviadores, intendentes e infantes (três dos quatro Quadros Básicos que deveria formar, pois médicos e engenheiros

são formados em escolas próprias), argumentos que brigam contra os fatos. Se o problema é com docentes, o especialista pode fazer o curso básico na AFA e o especializado no DCTA-ITA. As funções do oficial do EAOF adéquam-se ao suboficial, subutilizado e desvalorizado por conta do modo como o oficial do EAOF é empregado na Força, competindo ao mesmo tempo com o oficial do CFOE e com o suboficial, fato de grande visibilidade, e particularmente enorme, nos CINDACTA. E, mais, o suboficial pode continuar na sua especialidade ou se encarregar de garagem, almoxarifado, cassino, hotel de trânsito, supervisão de rancho, carga geral e parcial, protocolo, serviços gerais, acabando com a atual e desastrosa (para a Força) "mistura" de funções, distintivos e nomes de Quadros com os oficiais técnicos, o que só acontece com especialistas.

13 – ESTUDO DE ESTADO-MAIOR

Fato nunca repetido, há 55 anos o Projeto de Lei 863-63, de 8/8/1963, do deputado federal Plínio Sampaio, propôs a simples reunificação do Quadro fragmentado de oficiais especialistas, o que faria apenas juntar os problemas, sem resolver nada. O distintivo do Quadro reunificado seria uma roda dentada circundando a constelação do Cruzeiro do Sul. Como a solução é a formação na AFA, propõe-se, como símbolo, meia roda dentada, como uma mão em concha, suportando (apoio no combate) o sabre alado:



O brigadeiro Anysio Botelho, então ministro da Aeronáutica, acertadamente posicionou-se contrário à reunificação, mas sem apontar solução. Apenas enviou o Aviso nº 020/GM3-512, de 20/11/1963, à Câmara dos Deputados, citando "recente estudo detalhado do EM-Estado-Maior da Aeronáutica", assinado pelo seu chefe, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo, "a respeito do assunto".

14 – ANÁLISE DO ESTUDO

O referido estudo, sem entrar nas questões objetivas, limitou-se a refutar as inconsistentes fundamentações do citado Projeto de Lei (o deputado, autor do PL, não foi assessorado por quem, de fato, conhecia o problema). Seguem as principais refutações feitas no estudo à reunificação do Quadro fragmentado:

– a origem não verdadeira de aparecimento dos pequenos Quadros, “que foram surgindo conforme a necessidade” (ora, as especialidades já existiam), quando, de fato, o Quadro era único e nasceu com a Força (1941), como QOM-Quadro de Oficiais Mecânicos. O QOM abrigava as quatro especialidades básicas de voo – mecânico de voo, armamento, comunicações e reconhecimento foto – depois acrescido das demais especialidades básicas eventualmente obrigadas ao voo – meteorologia, controle de tráfego aéreo e suprimento técnico –, quando foi descaracterizado pela fragmentação, tolhendo, assim, o seu natural desenvolvimento como arma;

– “as especialidades são diferentes”, e porque são diferentes, diz o EM, não podem se constituir em Quadro único, esquecendo que as especialidades, obviamente diferentes, são correlatas, porque, além de básicas (essenciais ao combate), atuam juntas e em sequência: suprimento e avião, para o avião voar; comunicações e armamento, para combater; reconhecimento foto, reconhecimento meteorológico e controle de tráfego aéreo, para saber que alvo atacar, voar em rota segura e combater. Atuação em conjunto quebrada irremediavelmente pela separação em pequenos Quadros. Cita, ainda, as poucas vagas para especialistas, quando elas são muitas, inclusive de oficiais-generais. Em seguida, faz contorcionismos para justificar o Quadro único de médicos, com mais do dobro das especialidades dos especialistas. Aliás, todos os Quadros, todos, são compostos por especialidades, fundamento da administração moderna. Menos, na FAB, o Quadro (fragmentado) de especialistas;

– lucidamente, o estudo reconhece “não ser interessante para a vida militar que um oficial seja hoje mais moderno que outro e amanhã mais antigo que este outro”, e que “o assunto (reunificação dos pequenos Quadros) não pode ser encarado isoladamente, quando deve ser tomado em conjunto, em função de muitos outros fatores essenciais, sem os quais, uma legislação parcial poderá contribuir para dificultar a solução desejada”, mas trata o assunto apenas retoricamente e em favor do *status quo*: a legislação parcial de sempre, que rege o oficial especialista. E

que “não se pode dar a direção, chefia ou execução de serviços especializados a quem não tem as habilidades necessárias”, mas é o que se vê;

– as alegações finais que o estudo faz sobre a impossibilidade prática e da inutilidade da reunificação dos pequenos Quadros, só reforçam a imperiosa necessidade de extinção dos mesmos, e a formação na AFA de um novo Quadro unificado de oficiais especialistas, condição ainda não satisfeita, mas absolutamente indispensável à Força no combate.

15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel, em *O Príncipe*: “Todos veem o que tu aparentas, poucos sentem aquilo que tu és, e esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião dos outros”. E é exatamente a “opinião dos outros” (estereótipos, no caso, depreciativos) que faz com que as coisas não mudem. A política de pessoal, de cunho protecionista, aplicada ao graduado no acesso ao oficialato especialista, foi eficiente (mas nunca eficaz) na tecnologia simples e imutável do pós-guerra, por décadas presente na nossa realidade, mas não hoje, superada pelo ritmo frenético da inovação, sofisticação e mudanças na aviação, na condução da guerra e nas coisas do mundo.

É preciso se buscar no oficial especialista, tal como antes não se buscava no engenheiro e no infante, o que se busca nos oficiais dos demais Quadros Básicos: o “soldado de muita valia e de raro entendimento” (Dom Quixote, 1ª parte, Cap XXXIX), deixando de considerar a arma técnica como mero suporte técnico, quando ela não é só isso. Não cabe improvisado na guerra. “O mais terrível do erro é que ele tem heróis sinceros.” – Lord Chesterton.

Por fim, lembrete assustador do matemático César Camacho, doutor pela Universidade da Califórnia em Berkeley e professor do Impa – Instituto de Matemática Pura e Aplicada: “Uma ilha de excelência corre perigo porque a entropia trabalha para igualá-la ao ambiente mediano que a rodeia” (Veja, 28/10/15).

Qualquer semelhança com o tratamento de “mediano” dado ao oficial especialista na FAB não é mera coincidência. Limita-se a sua capacidade criativa centralizando decisões, resistindo a delegar competências e principalmente pelo **medo infundado de perder poder**. “A identidade é uma trajetória” – Foucauld. Desde a fundação da FAB, nega-se ao oficial especialista trajetória e identidade.

II – ESCOLA DE TÉCNICOS E INFANTES

1 – PRECEDENTES

Em 1944, pilotos brasileiros desligados do curso de caça nos EUA foram formados, pelos americanos, oficiais técnicos (especialistas) nas especialidades básicas, de fato ainda não reconhecidas na FAB. Na 2ª Grande Guerra, chamava atenção o emprego, no combate, de dezenas de esquadrões de reconhecimento foto e de reconhecimento meteorológico, das comunicações, do início do controle de tráfego aéreo militar e da logística de suprimento e manutenção, definindo a natureza multidisciplinar da guerra aérea.

Tudo isso, mais o desenvolvimento científico-tecnológico da arma técnica de apoio ao combate (afeta ao oficial especialista), e a necessidade de organizar a infantaria (e a artilharia anti-aérea a ela afeta), não foram capazes de superar, na FAB, o anacronismo na formação destes oficiais. Pelo contrário, maquiou-se o problema com a **criação, em 15 de junho de 1953, de uma segunda escola de formação de oficiais**, a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda-EOEG (depois EOEIG e EOEIA, quando foi extinta).

A nova Escola passou a funcionar no Campo do Bacacheri, Destacamento de Base Aérea de Curitiba, antigo 5º Regimento de Aviação do Exército e atual CINDACTA-2, em substituição ao COM–Curso de Oficiais Mecânicos, que lá funcionava desde 1950, dividindo, com isso, a formação dos combatentes: a Escola de Aeronáutica (AFA), para pilotos (de combate e das aviações de apoio ao combate); e a EOEIG, para especialistas e infantes (ambos de apoio ao combate, apoio que fazem junto com aviadores não caçadores). No entanto, da atividade-fim (Quadros Básicos), só não são formados nas academias militares, por motivos óbvios, médicos e engenheiros não combatentes, o que não foge do padrão.

Essa divisão comprometeu o desenvolvimento científico-tecnológico das especialidades da infantaria e da arma técnica, esta ainda mais, pela fragmentação do Quadro técnico em sete pequenos Quadros. Essa velha e injustificável estrutura, da qual felizmente se livrou a infantaria, com a formação na AFA, chegou intacta ao século XXI (“Subdesenvolvimento não se improvisa” –

Nelson Rodrigues), com o atual CFOE–Curso de Formação de Oficiais Especialistas, encostado ao CIAAR, ressuscitando a antiga EOEIG e os seus vícios de origem.

2 – SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

O oficial formado em Curitiba (especialistas e infantes), apesar do acesso ao oficialato superior, continuava, na prática, tratado como “auxiliar”. Difícilmente chegava a major e o tenente só era promovido a capitão depois de 10 anos no posto, independentemente de vaga, pela “Lei do Ferro Velho”, além de farmacêuticos e dentistas, também tratados como oficiais auxiliares. Mas a “Lei”, classificada como “benesse”, foi extinta, e muitos tenentes ficaram no posto por inacreditáveis dezesseis anos! Mesmo chegando a esse ponto, o problema só foi resolvido, na área combatente, para o infante. O técnico (especialista) ficou de fora, foi extinto, e a EOEIG, fechada.

Erro estratégico, a extinção do técnico veio no bojo de dois acertos: o fechamento da EOEIG, segunda escola de formação de oficiais dos Quadros Básicos de Especialistas e Infantes, e a passagem do curso de infantaria para a AFA. A recriação, dez anos depois, do oficial técnico, fragmentado em sete “Quadros”, portanto, com os mesmos vícios de origem (mais um recorrente retrocesso), tornou a emenda pior, pela reabertura da EOEIG, agora denominada CFOE–Curso de Formação de Oficiais Especialistas, no CIAAR, no lugar da AFA, confirmando a política de insegurança para com o oficial especialista.

A última turma de oficiais especialistas e infantes formou-se em 15 de dezembro de 1982. De dezembro de 1982 a maio de 1994, não houve formação de nenhum oficial especialista. Enquanto isso, com o aproveitamento de cadetes inabilitados para o voo, a primeira turma de infantaria formada na AFA data de 12 de dezembro de 1984. E isso se repetiu até a abertura de concurso para as turmas seguintes. Inicialmente, e por bom tempo, o cadete infante da AFA era formado em apenas dois anos de curso.

3 – SITUANDO-SE NO TEMPO

Até o fechamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEIG), em 1982, havia duas correntes no “grupo dominante” (aviadores): uma PRÓ e outra CONTRA o oficial técnico e o oficial infante.

A corrente PRÓ queria a reestruturação do miniquadro de

infantaria e dos sete miniquadros de oficiais técnicos, com estes últimos novamente reunidos em Quadro único (de Oficiais Técnicos ou de Engenheiros Combatentes). E para ambos os quadros, três anos de curso, depois quatro anos, acesso ao posto de coronel, posterior formação na AFA e qualificação para o generalato, segundo o padrão das forças aéreas.

A corrente CONTRA, minoritária, mas barulhenta e radical (maquinava abertamente contra especialistas e infantés), pregava o fechamento da Escola (EOEIG), a extinção dos miniquadros de técnicos e infantés e a promoção do suboficial até o posto de capitão (Quadro Auxiliar) para substituí-los. Enfim, a volta de direito do que já existia de fato, do oficial auxiliar.

4 – LABORATÓRIO

A EOEIG só tinha como aluno o sargento concursado, com no mínimo cinco anos de graduado, submetido a cinco provas: português, matemática, física, desenho técnico (hoje, no CFOE, acrescidas de inglês e química), e a especialidade (uma das sete básicas), ou infantaria, para as demais especialidades ditas não básicas. A nota mínima era 4 em cada matéria e a média mínima de aprovação era 5, para então o candidato habilitar-se à classificação, dentro das pouquíssimas vagas, em geral, cinco, por especialidade.

Em função das correntes PRÓ e CONTRA, a Escola passou a contar com mais dois tipos de alunos:

1) o cadete da AFA, inabilitado para o voo no último ano, matriculado sem concurso na EOEIG nos cursos de Suprimento e Infantaria. Era o laboratório dos PRÓ. Testavam jovens oficiais técnicos e infantés, modelos dos que, no futuro, seriam formados na AFA.

2) o suboficial ou 1º sargento escrevente, para estágio de quatro meses de adaptação ao oficialato, e posterior acesso só até o posto de capitão (funcionando até hoje no EAOF-CIAAR, para todas as especialidades). Era o laboratório dos CONTRA, que acabaram ganhando o contencioso com os PRÓ.

A vitória da insensatez atingiu somente o especialista, passando a formação do infante para a AFA. A Escola (EOEIG) foi fechada em 1982, depois de 32 anos de funcionamento, pelo ministro Délio, que a comandou e era um de seus defensores, pressionado pelos CONTRA e lobby dos graduados pelo Quadro auxiliar, pois a Escola (EOEIG) era vista por eles, graduados, como barreira intransponível para o oficialato. É deles a vitoriosa, mas

falaz, **teoria do "sargento vagabundo"**, aquele que fugia do trabalho e se escondia, para estudar e passar no concurso da EOEIG, em detrimento dos que não estudavam, porque trabalhavam. Logo, seria justo premiar quem "trabalhava", teoria encampada sem questionamentos pelos CONTRA, pois casava com a estratégia de poder hegemônico que defendiam.

5 – OFICIAIS TÉCNICOS

De 1950 a 1982, a EOEIG formou 2031 oficiais: Avião 402, Comunicações 373, Armamento 112, Reconhecimento Foto 91, Controle de Tráfego 197, Reconhecimento Meteorológico 170, Suprimento Técnico 181 e Infantaria 372. Com os técnicos extintos, as funções técnicas de tenente e capitão passaram para o suboficial promovido a oficial. As funções acima do posto de capitão continuaram, como antes, privativas dos aviadores, que assumiriam de vez a arma técnica.

Como não deu certo o arranjo de trocar o oficial técnico pelo oficial auxiliar propriamente dito, pois este não conseguiu dar à arma (a quem se nega *status* de arma) nem mesmo o desempenho mínimo de mero suporte técnico, optou-se por agravar ainda mais o cenário, com a reativação (1993) do Quadro fragmentado de oficiais especialistas sem extinguir o Quadro auxiliar. A reativação se deu porque não havia mais quem "carregasse o piano", desembaraçando as questões técnicas, que continuaram existindo e exigindo conhecimento altamente especializado. A situação voltou ao que era desde a fundação da FAB (1941), a mesma de hoje (2018), a arma técnica sem estrutura de arma, portanto, impossibilitada de se preparar para o combate.

6 – OFICIAIS INFANTES

Dentro desse contexto, de flagrante prejuízo aos interesses da FAB, os oficiais infantes também, por pouco, não foram extintos. Dizia-se, para "justificar" a sua extinção, que todo militar era infante. Então, a Força não precisava de infantaria organizada. Nem de quadro técnico de carreira, mesmo sendo arma essencialmente técnica.

O infante e, conseqüentemente, a infantaria, livrou-se da extinção na última hora, porque oficiais infantes ex-cadetes (40% do Quadro), foram ouvidos. Eles, que sempre lutaram pelo Quadro, ao contrário dos demais infantes e especialistas, salvo poucas e honrosas exceções. Nos primórdios, o Quadro de infantaria só tinha tenentes e apenas seis Companhias de Guarda, coman-

dadas por capitães aviadores. Nos anos 1970, diferentemente, além de atropelar outra arma, seria exponencialmente maior a dificuldade de o aviador exercer funções de oficial superior e de oficial general em, no mínimo, duas brigadas de infantaria, a serem criadas na FAB, uma de guarda e segurança e outra de artilharia antiaérea, dificuldade que também é real em relação aos oficiais especialistas, mas desconsiderada até hoje.

Esse modo de ver o mesmo problema com viés diferente é típico do nosso atraso e usado como estratégia de poder. George Orwell (1903-1950) em seu livro *1984*, chamou a isso de “duplimentamento”, a convivência inconciliável, mas espantosamente harmoniosa entre ideias conflitantes, apesar dos prejuízos.

Na verdade, o fato, que fez a diferença e acertadamente decidiu a requalificação do Quadro de Infantaria e formação dos seus oficiais na AFA, foi a atividade do infante à parte (fora da aviação), sem pilotos ocupando funções nos serviços de recrutamento, nas companhias de infantaria de guarda, nas companhias de polícia (hoje batalhões), ao contrário do especialista, que trabalha, voa, combate e eventualmente morre com o piloto da aviação de apoio ao combate. E que, mesmo sem ser impedimento para a criação do Quadro auxiliar, precisaria ser extinto e transformado em oficial auxiliar, para continuar sustentando, sem mais a companhia do infante, a política paternalista de acesso do graduado ao oficialato.

7 – CONCLUSÃO

A razão pela qual lembraram do infante é a mesma que lembrariam do especialista, mas não lembraram. A Infantaria só deu o salto que carecia, apesar da qualificação que sempre teve, com a passagem do curso para a AFA. A arma técnica, voando e fazendo voar, mantém as forças aéreas de qualquer país não só no ar, mas combatendo, e exige atenção. Também só poderá se desenvolver, por anacrônica exigência *status*, quando os seus oficiais forem formados na Academia.

III – DESVIOS

1 – DOIS GRUPOS DE “EX”

Dos seis Quadros Básicos de uma força aérea, engenheiros e médicos são formados em escolas próprias, enquanto os demais (aviadores, intendentes, infantes e especialistas) são formados, segundo o padrão, na academia militar.

Desde a fundação da FAB (1941), até a passagem do curso de infantaria para a AFA (anos 1970), a academia militar (AFA) só formava aviadores e intendentes, enquanto a antiga EOEIG–Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, formava especialistas, recrutados exclusivamente entre **sargentos das especialidades básicas** (básicas por serem essenciais ao combate) e oficiais infantes, com recrutamento igualmente exclusivo entre **sargentos das especialidades não básicas** e, posteriormente, também entre **cadetes** inabilitados para o vôo. Dois grupos de “ex”.

Sem entrar no mérito da competência profissional (descontada a acomodação), cujo balanço estatístico mostra ser igual ao dos demais Quadros, nos Quadros Básicos formados na EOEIG era flagrante a disparidade no trato dado a ex-cadetes (só por isso valorizados) e ex-sargentos (só por isso estigmatizados). A começar pela diferença de idade, marca da aceitação dos ex-cadetes pelo sistema e da não aceitação dos ex-sargentos, reforçando o preconceito contra estes últimos, discriminados até por companheiros ex-cadetes, apesar de o acesso ao oficialato superior ser igualmente difícil para ambos.

Do ex-sargento, como manda o regulamento, cobrava-se dele o desempenho de oficial, mas não, como também manda o regulamento (Estatuto dos Militares), o reconhecimento como tal. Apesar dos vocacionados, que insistiam e insistem em ser oficiais, a falta de reconhecimento gerava, em um tempo geralmente curto, dois tipos de acomodação: a “dupla serventia, tanger o cão e ser cão” (Mauro Mota), ou o comportamento acríptico conformista, de passividade e nenhuma autoestima, típico da falta de coesão (união), como categoria (ou consciência de classe, no jargão marxista), que convergisse para “valores e objetivos e grau de consenso sobre a estratégia para atingi-los” (Dicionário Aurélio), como a educação continuada. Em um e outro caso, a negação do oficial.

Hoje (2018), a situação ainda está longe de uma solução para o especialista. O caminho natural era e, de certa forma, continua sendo, a acomodação, problema que tende a se agravar se for criado, como parece que foi, o oficial especialista temporário, tiro de misericórdia na desestruturação total do Quadro.

2 - BRIGADEIRO INFANTE

Data de 12/12/1984 a primeira turma de infantaria formada na AFA. Em 2007, vinte e três anos depois, ainda não havia sido promovido o único brigadeiro previsto para o Quadro. O censo comum da época mandava esperar o primeiro coronel formado na AFA atingir as condições para a promoção, quando, no final de 2007, juntaram-se três senões simultâneos e convergentes, que, mesmo contrariando a vontade do sistema, atropelaram essa espera:

1) 1908-2008, centenário da imigração japonesa no Brasil, comemorado o ano inteiro por Brasil e Japão;

2) o comandante da Força, tenente-brigadeiro do Ar Juniti Saito, descendente de japonês; e

3) o coronel infante Shibata, nissei, formado na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEIG), o oficial mais antigo do Quadro.

Aí aconteceu: Shibata, formado na EOEIG, foi promovido a brigadeiro em 25/11/2007, e entrou para a história como o primeiro brigadeiro infante da Força Aérea.

万歳 ! ("*Banzai!*" – *Viva!*, grito ou aclamação em japonês, como saudação de vitória ou de felicitação).

3 - CORONEL ESPECIALISTA

Os Quadros Básicos de oficiais especialistas e infantes eram formados na EOEIG–Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, com acesso restritíssimo a major e quase impossível a tenente-coronel. Em 1982, o oficial especialista foi extinto (erro), junto com a EOEIG (acerto) e a formação do infante passou para a AFA (acerto). A "política" de acesso do graduado a oficial, sustentada por especialistas e infantes, precisava continuar (não, não precisava) agora só com o especialista, transformado em Quadro único de oficiais auxiliares, com acesso limitado a capitão. Mas o fato é que a formação do especialista na AFA jamais foi empecilho para a criação do Quadro auxiliar.

Dez anos depois, na tentativa de reparar o erro de sua ex-

tinção, o Quadro de oficiais especialistas foi recriado, mas, como antes, fragmentado e com os mesmos vícios de origem, que só a reunificação e a formação na AFA corrigiriam. O resultado foi a volta da arma técnica, e do oficial especialista, à antiga condição de mero suporte técnico (sem *status* de arma) e uma novidade: a repetição das especialidades básicas tanto no Quadro auxiliar, como no Quadro fragmentado recriado. Um complicador a mais.

Em 2007, 25 anos depois do recomeço e de 66 anos de fundação da FAB, o comandante Saito anunciou o acesso a coronel (antes limitado a exatos 11 tenentes-coronéis) para o oficial técnico. Mas só no final de 2011, a primeira turma de especialistas foi convocada para cursar (2012) a ECEMAR, propiciando, em 2013, as primeiras promoções de especialistas, exatos 11 coronéis! Mas nada, de fato, mudou.

4 - A CAÇA BRASILEIRA

Com a organização do 1º Grupo de Caça brasileiro para lutar na Itália (2ª Grande Guerra) engajado à força aérea do Exército americano (a USAF-US Air Force, só foi criada em 18 Set 1947), oficiais e graduados foram para os EUA fazer os respectivos cursos.

Para os oficiais, a prioridade era o piloto de caça, fighter pilot; os desligados da caça faziam os seguintes cursos: especialista em avião, engineering officer; especialista em armamento, armament officer; especialista em suprimento técnico, supply officer; especialista em comunicação, radio officer, especialidades básicas no apoio direto ao combate. O SO mecânico fez o curso de line chief e os demais mecânicos, o de flight chief.

Os primeiros oficiais de tráfego aéreo, suprimento, meteorologia e navegação, assim como vários de comunicações e armamento, foram esses pilotos brasileiros desligados da caça pelos americanos e formados por eles, americanos, nessas especialidades, que até hoje não vingaram no Brasil, e enviados para a guerra na Europa.

5 – BINÔMIO COMBATENTE

São cinco as especialidades do Quadro de oficiais aviadores: caça (arma-base); e transporte, helicóptero, reconhecimento e patrulha (aviações de apoio). E sete as especialidades do Quadro de oficiais especialistas: suprimento, avião, comunicações, armamento, reconhecimento foto, reconhecimento meteo-

rológico e controle de tráfego aéreo militar, componentes, na terra e no ar, da arma técnica de apoio ao combate. Esses dois conjuntos formam o binômio combatente “piloto-especialista”.

Na FAB, porém, o lado piloto do binômio não parou no tempo, como aconteceu com o lado especialista, fato agravado pela divisão (em 1950, com a criação da EOEIG) da arma em sete inexpressivos Quadros estanques, um para cada especialidade, impedindo o avanço de sua condição de mero suporte técnico para arma, e consolidando-o como o único Quadro Básico desestruturado e fora da formação na AFA, ao contrário do que se passa no primeiro mundo e até em países vizinhos, como Argentina, Venezuela, Equador, Chile e Colômbia.

Tudo, porque a arma técnica ainda continua sendo vista, na FAB, pelo lado simples, reducionista e enganoso dos seus fenômenos mais imediatos e facilmente observáveis, negando-se, para o seu exercício, a necessidade de dura aprendizagem, e o fato de que “a qualidade nunca se obtém por acaso, pois ela é sempre o resultado do esforço inteligente.” – John Ruskin. E é por conta desse esforço inteligente e continuado, que o julgamento baseado em dados (do especialista) é flagrantemente superior ao julgamento intuitivo (do generalista).

6 – CONSEQUÊNCIAS

Em uma unidade aérea, por exemplo, o avião em função técnica (material, manutenção, suprimento, armamento, comunicações, foto-reconhecimento) jamais será testado pelo “Sub do Hangar”, ou pelos mecânicos, com o clássico “chefe, entupiu!”. A gíria significa que já foi feito tudo, e a pane continua, cabendo ao chefe “desentupir”. Pois a situação permite aos mecânicos manter o seu próprio ritmo, que nem sempre é o mesmo necessário à disponibilidade dos aviões e à segurança de voo.

A origem desse problema está na descontinuidade das ações (memória técnica) causada pela distribuição aleatória de funções, despercebida por quem não é do ramo, rompendo a dinâmica de acumulação de conhecimento dentro da própria arma. Reais, essas oscilações podem acelerar a rotatividade de peças, conjuntos e componentes, aumentar o tempo das aeronaves em terra, para manutenção, e desarrumar a ordem de batalha, pelos movimentos parasitários que criam. Para o homem certo no lugar certo, T. H. Hurley tem a receita: “Tente aprender alguma coisa sobre tudo e tudo sobre alguma coisa.”

7 - CONCLUSÃO

Mudança mundial revolucionária (consolidada nos primeiros 50 anos do século XIX) tornou obrigatória a profissionalização da carreira militar para os oficiais. Antes os oficiais eram aristocratas ou mercenários, ocupação secundária para uns e negócio para outros. E os soldados, que eram profissionais, deixaram de ser, com a adoção do serviço militar obrigatório por tempo determinado.

Seguindo essa mudança, o Exército Brasileiro passou a formar, na Escola Militar da Praia Vermelha, jovens oficiais chamados "científicos" (armas de artilharia, engenharia e estado-maior), em oposição aos "tarimbeiros" (armas de infantaria e cavalaria), mais velhos, ligados à tropa, "práticos", com promoções mais lentas e geralmente sem estudos superiores (Celso Castro. Os Militares e a República. Zahar Editor, Rio, 1995, p. 17). Tarimba era o estrado de madeira (daí o pejorativo "tarimbeiro") onde dormiam os soldados. A mudança, de fato, custou, mas chegou ao Exército. "Tarimbeiros" não constam mais dos seus Quadros Básicos (combate, apoio ao combate e serviços essenciais ao combate), todos formados na AMAN. A FAB, nessa área crítica, ainda insiste em tratar o oficial especialista como "tarimbeiro", com formação baseada na prática mecanicamente repetitiva.

No final da guerra (1939-45), o general Henry "Hap" Arnold, das forças aéreas do Exército dos EUA, fez alerta importante sobre o futuro da guerra aérea: "Acabamos de ganhar uma guerra com grande número de pilotos-heróis. Talvez a próxima seja travada de aviões sem pilotos, ponto final (...) Tomem o que aprenderam acerca da aviação bélica e joguem tudo pela janela afora. Vamos projetar a aviação do futuro."

Confirmando as previsões do Gen Henry "Hap" Arnold, o major da USAF Dave Blair, em seu sugestivo artigo "VANTs e a Nova Natureza da Guerra Aérea", publicado no nº 2, 2º trimestre 2013, do Air & Space Power Journal, edição em português, não deixa dúvidas: "O Plano Integrado de Sistemas não Tripulados" (Unmanned Systems Integrated Roadmap), do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, prediz, para meados deste século, uma força constituída quase que inteiramente de VANTs".

O futuro já chegou.

ANEXOS

I - FORMAÇÃO DO OFICIAL

Brigadeiro do Ar Ref Paulo Fernando de SANTA CLARA Ramos
EAer, Turma 1966

1 - Embora antigo, o modelo americano de aproveitar os desligados em voo sempre me pareceu uma fórmula ideal, especialmente para um país pobre como o nosso, não desprezando o que havia de mais precioso, o hoje denominado capital humano, moldado em Barbacena, e aproveitado parte dele na formação do oficial intendente.

2 - Se o aproveitamento abrangesse outras especialidades, como a de Defesa e Controle do Tráfego Aéreo, Material Bélico (Armamento, Manutenção e Suprimento), Segurança (Infantaria), na certa, não teríamos "perdido", para o meio civil, tantas outras cabeças e corações. Em vez disso, optamos, por um tempo, em caminhar com um currículo acadêmico voltado para as ciências exatas, cuja finalidade era deixar ex-cadetes desligados em condições de fácil aproveitamento em curso superior, naquela mesma área do conhecimento humano. Como é que se comete um absurdo desses, por tanto tempo: preparar cadetes para outra carreira?

3 - Enfim, acabamos adotando uma terceira fórmula: a da escolha prévia da especialidade (Aviador, Intendente ou Infante), a qual ainda não resolve o problema do cadete-aviador desligado em voo, sem deixar a ele uma alternativa de carreira, dentro da Força.

4 - A AFA tem tudo, e muito, do que se precisa para formar o "especialista": aviões e aviões, equipamentos, suprimentos, infraestrutura aeroespacial, o DCTA por perto e, mais que isso tudo, os colegas que permanecerão como partes distintas de um só corpo, de um só espírito de Força.

II - FORMAÇÃO & TREINAMENTO DO OFICIAL ESPECIALISTA

Francisco José DOMINGUEZ – Coronel av reformado
EAer, turma 1969

Trechos de sua monografia (ECEMAR, 30/7/1986)
Os comentários entre colchetes [...] são meus.

Para melhor entendimento dos assuntos abordados nesta Seção, é necessário estabelecermos os conceitos de Educação e Treinamento que aqui serão utilizados.

Segundo os conceitos vigentes na USAF, Educação é todo ensino que visa desenvolver o homem em si, suas capacidades, sua maneira de ver o mundo e sua capacidade de raciocínio, enquanto que Treinamento é todo ensino que visa preparar o homem para uma tarefa específica. As escolas de formação de oficiais e de aperfeiçoamento profissional tipo EAOAR e ECEMAR tipificam Educação, enquanto que as especialidades que o homem segue posteriormente (aviador, oficial de pessoal, oficial de informações, oficial de manutenção, oficial de suprimento, etc.) tipificam Treinamento.

Considerados estes conceitos, pode-se observar que o ensino do oficial na FAB é quase todo voltado para a área de Educação e quase nada para a de Treinamento.

Outro fato interessante, observado na USAF, é que os cursos de Treinamento para oficiais são feitos após o término dos cursos de Educação (Academia da Força Aérea-USAFA, Officer Training School-OTS e Reserve Officer Training Centers-ROTC). Isso proporciona ao oficial uma base sólida e uniforme, uma vez que todos os oficiais têm nível superior completo.

Tal não ocorre na FAB onde os oficiais aviadores, intendentes e infantess fazem apenas dois anos do curso básico de engenharia e os oficiais especialistas faziam [o tempo do verbo no

passado porque, à época, o Quadro de oficiais especialistas, extinto, havia sido trocado pelo Quadro auxiliar] apenas dois anos de curso em Guaratinguetá e, posteriormente, mais dois anos de curso em Curitiba. [Portanto, quatro anos!].

Considerando-se apenas o ensino no âmbito da FAB, o curso dos oficiais especialistas era bastante inferior ao dos oficiais aviadores, intendentes e de infantaria, os quais fazem três anos de curso na Escola Preparatória e mais quatro anos na Academia da Força Aérea. [Faz tempo, exige-se o curso secundário completo, para o candidato à EEAR, escola de graduados, de onde sai formado tecnólogo, embora sem o devido reconhecimento. E ao prestar concurso para o oficialato técnico (oficial especialista), cursará mais dois anos, completando o bacharelado, também não reconhecido]. Isto tem causado um sentimento generalizado de que os especialistas são uma classe "inferior", cujo desempenho em serviço deve ser observado de perto, como se sargentos ainda fossem [triste verdade]. Se há hoje uma deficiência, ela tem sido causada mais pela disparidade de nível de ensino, não cabendo certamente culpa disso aos especialistas, já que não foram eles os responsáveis pelo estabelecimento dos currículos da Escola de Curitiba. [A disparidade, de fato, está na confusão com o Quadro auxiliar e principalmente na distribuição de funções, no número irrisório de oficiais superiores e a não existência de oficiais gerais especialistas, tal como acontecia em passado recente com engenheiros e infantas. Para se chegar a essa evidência, basta comparar os Quadros de engenheiros e infantas antes (não por culpa dos seus oficiais) e depois de reformulados. A diferença choca].

Esta formação deficiente (do Oficial Especialista), resulta em inúmeras dificuldades e deficiências no sistema de administração de material aéreo, bélico e eletrônico. Estes erros são normalmente atribuídos aos próprios Oficiais Especialistas. No entanto, pode-se verificar que não lhes cabe a responsabilidade por estas faltas, uma vez que está nitidamente caracterizada uma falha na nossa administração que pretendia, em quatro anos de instrução não coordenada, elevar um nível de primeiro grau incompleto ao do último ano de um ensino superior". – Lampert, Luiz Carlos Palma, O Ensino na FAB em Função de sua Realidade Administrativa, (ECEMAR – CSC 01/81, 1981). [A questão de grau já foi resolvida, como visto em anotações acima. Mesmo as-

sim, o sistema só reconhece o oficial especialista como técnico, curso superior de dois anos, problema que só será resolvido (e que não é só cultural), com a formação do especialista na AFA].

A solução para o problema é fazer com que o ensino seja uniforme, não devendo haver desequilíbrios nem diferenças na formação de militares de mesmo nível. O segundo aspecto interessante a abordar é o modo de acesso de um sargento ao quadro de oficiais. Novamente tomemos a USAF como exemplo. Lá o sargento deverá não ter ultrapassado uma idade limite e deverá demonstrar a vontade de ser oficial, estudando dois anos em Universidade de sua escolha, por conta própria e sem prejuízo do expediente. Ao término desses dois anos, sua ficha escolar e seu conceito são examinados por uma comissão da USAF e, caso estejam dentro dos padrões, completam seu curso universitário em regime de tempo integral e patrocinados pela Força. Ao término do curso passam pelo Officer Training School (escola de finalidade semelhante ao nosso CIE, Centro de Instrução Especializada) [recentemente (2017) extinto] para receberem o preparo militar do nível de oficial. Observemos que, com isso, todos os oficiais da USAF possuem um curso de nível superior completo e um preparo uniforme.

Como se compara este esquema ao nosso atual esquema de promover Suboficiais em fim de carreira a 2o. Tenente? Bastante mal. O esquema da USAF é justo, igualitário e no interesse da Força, enquanto que o do MAer [atual COMAer] é desestimulante, gerador de diferenças e paternalista. [Aqui o articulista refere-se ao oficial auxiliar (QOEA) propriamente dito, mas vale, também, para o oficial especialista].

Esperar que estes oficiais tenham motivação para, em fim de carreira, exercerem bem suas árduas funções sob o comando de Oficiais Aviadores muito mais jovens que eles, é pecar por excesso de otimismo. Pode-se, com um razoável grau de certeza, afirmar que a maioria deles irá para a reserva bem antes do posto limite de Capitão, uma vez que já contam com o tempo necessário para passar para a inatividade, causando sério problema de escassez de recursos humanos para a FAB.

O terceiro aspecto a abordar é o mito, em vigor na FAB,

que todos os oficiais devem ser generalistas. Ora, o conhecimento humano aumentou de forma fantástica nos últimos anos, enquanto que a capacidade do homem em retê-los permaneceu aproximadamente a mesma. Esperar que o homem conheça bem todos os assuntos é hoje fisicamente impossível. É necessário que os oficiais de maior patente possuam uma ampla gama de conhecimentos para poder bem comandar. Mas por outro lado, de que adianta para a Força um 2º Tenente generalista? Muito pouco. É fácil deduzir então que deverá haver uma mudança gradual, ao longo da carreira, no enfoque dos assuntos relativos à Força Aérea. [Vê-se isso claramente nos exércitos. A AMAN forma oficiais com preparo técnico em cada arma ou serviço até o posto de capitão, sem invadir uns a área dos outros. A partir daí, é que vão se transformando gradualmente em generalistas, mas novamente sem invadir a área dos outros].

A especialização dos oficiais subalternos e intermediários tornou-se uma necessidade, face ao volume de conhecimentos necessários à operação dos complexos sistemas bélicos, técnicos e administrativos dos dias de hoje. À medida que o oficial progride na carreira, os vários cursos (Aperfeiçoamento, CEM/CSC e CPEA), e a própria vivência na Força, encarregar-se-ão de proporcionar os conhecimentos necessários aos chefes e comandantes. Mesmo porque essa gama de conhecimentos tornou-se tão vasta que seria ingenuidade querer que o aluno aprendesse tudo numa escola. Só mesmo através da aprendizagem natural ao longo da carreira será o homem capaz de absorver e fixar os conhecimentos necessários.

Uma tese interessante, a ser explorada, é a que explica a atual quantidade de atritos e discussões dentro da Força Aérea pelo pouco conhecimento de seus homens sobre todos os assuntos. Um filósofo antigo disse: "Só sei que nada sei". Esta é, geralmente, a posição do especialista que estudou muito para descobrir que pouco sabe, desenvolvendo assim sua humildade e o respeito pelo conhecimento de seus semelhantes. Confrontemos esta posição com a dos generalistas, situação que hoje se observa na FAB, repleta de insegurança e da conseqüente necessidade de fazer valer suas opiniões. [Diferentemente do líder, essa é a postura do patrão, do dono]. Esta posição, extremamente estéril, gera atritos, discussões e falta de respeito pelo trabalho e opiniões alheios. Frequentemente ouvimos comentar que é mais fácil

discutir com um homem que conhece profundamente um assunto do que com um homem que o conhece apenas superficialmente, devido às posições arraigadas deste último. Assim, a solução para estes conflitos seria a especialização inicial do homem, a qual geraria um militar com os conhecimentos suficientes para as necessidades de seu dia-a-dia, o meio operacional.

Esta especialização lhe daria segurança, respeito pelos conhecimentos e compreensão pelos problemas de seus semelhantes. Caberia à vivência na FAB e aos cursos ao longo da carreira ampliar os horizontes deste especialista. Para tal, os cursos deveriam ser tipicamente de Educação e orientados para as várias áreas de conhecimento necessárias ao exercício da próxima fase de sua carreira. Por fim, esta evolução gradual também permitiria uma seleção natural daqueles que realmente se interessassem pela Força como um todo, destacando os que tivessem aptidão natural para o generalato.

"...a prática divorciada do estudo tende a ser limitada, pois a eficiência e a habilidade não podem ser compradas. [A formação do oficial especialista é focada na prática de atividades mecânicas e repetitivas absolutamente dispensáveis]. O pagamento tem de ser feito com estudo e pensamento árduos e domínio de princípios, reforçados pela reflexão sobre os problemas concretos. O que os livros fazem é ajudar a primeira compreensão dos Princípios."

– Urwick, Lyndall. Apud Mattos, Alexandre Morgado, Organização – Uma Visão Global, (Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1975), Pag 181.

III - O MAIS, DO MESMO

Francisco José Dominguez – Cel av reformado

Como instrutor da EAOAR, fui à USAF em visita de trabalho, para ver como era o Ensino naquela Força. Mais tarde, como coronel, já no DEPENS, fui novamente à USAF, acompanhando o TBrig Elislande, então Diretor Geral de Ensino. A finalidade era a mesma. Do que vi, fiz vários relatórios, explicando como a coisa funcionava, e, principalmente, como fazia muito mais sentido do que o nosso sistema. Nunca fui ouvido. Resumindo, o sistema USAF baseia-se em dois princípios:

EDUCAÇÃO: Preparar pessoas para resolver problemas NÃO previamente definidos.

TREINAMENTO: Preparar pessoas para resolver problemas previamente definidos.

Assim dito, parece estranho, mas funciona: Cursos superiores, tipo Engenharia, Química, Física, e outros assemelhados, são Educação. São cursos que dão ferramentas para, dado um novo problema, a pessoa saber como usá-las para criar uma nova solução (e aqui talvez esteja o real problema: As pessoas têm pavor do NOVO). E acima de tudo, são cursos que ensinam o homem a PENSAR.

Já o treinamento visa preparar técnicos para executar tarefas definidas num nível superior. Por exemplo, um reparador de equipamentos eletrônicos, que segue TOs para consertar um radar, está usando seu treinamento. O problema já estava previamente definido na TO. Ele só tem que saber usá-la. O restante do sistema de ensino USAF é baseado em como atender a isto. Existe uma Norma USAF que define como se desenvolvem sistemas de ensino (ISD–Instructional Systems Development).

Resumidamente, ela mostra como se prepara um homem para atender às necessidades da Força. É um enorme fluxograma, com montes de perguntas do tipo "O homem já existe na USAF?" Se sim, segue um caminho, se não, onde achar? E por aí afora. Outra coisa interessante é que a USAF não tem um COMGEP. O Air Training Command recruta, prepara e administra a distribuição. Ou seja, o importante é a educação e o treinamento, não a burocracia.

Nas minhas passagens pelo EMAER, DEPENS e COMGEP, sempre batalhei pela união do DEPENS E DO COMGEP nos moldes do ATC. Mas a reação sempre foi a mesma, algo do tipo "Cai na real, isto aqui não é a USAF". O engraçado (ou triste) é que eu sempre achei que quem precisava "cair na real" é quem dava este tipo de resposta.... Mas como eram mais antigos, nada era feito. O Cel Ennes, intendente, é que definia bem o sistema FAB. Não é feito para a seleção dos melhores, mas para a perpetuação da espécie.... [para bom entendedor...].

A Formação, na USAF, segue caminhos diferentes, por motivos práticos. A USAFA (USAF Academy) não tem como formar gente em TODOS os campos da Educação. Eles formam os principais: Engenharia, Administração e outros, tanto de Exatas como de Humanas. Os que são necessários, mas não são formados na Academia, são recrutados diretamente entre as pessoas que saem de Universidades do meio civil. Elas entram pelos OTC (Officer Training Center). Considera-se que essas pessoas já estão com sua Educação pronta, faltando apenas a parte militar, que é dada pelo OTC.

O ponto chave é: Para ser Oficial tem que ter curso superior. Eu conheci um Piloto que era professor de História. Piloto recebe treinamento – pensando bem, ele recebe tudo pronto: manuais aos montes, tendo apenas que aprender a usar o que já foi definido previamente. Mas um oficial tem que aprender a resolver problemas NÃO previamente definidos, logo o que ele precisa é de Educação.

O ponto sensível sempre foi como permitir a um Sargento o acesso ao Oficialato. A coisa lá é simples. Quer ser Oficial? Faça um curso superior. Integral, sem "jeitinhos". Só que a USAF patrocina e facilita e nós achamos que "não precisa" e dificultamos. Até mesmo para os aviadores, que, quando querem fazer engenharia no ITA são tratados como "traidores". Depois do curso superior, o Sargento passa pelo OTC, para complementar sua formação militar como Oficial e está pronto para o serviço. Assim, como TODOS os Oficiais têm que fazer algum tipo de curso superior, o nível fica mais homogêneo e tende a igualar os egos.

Claro que os aviadores sempre procuram um jeito de se a-

char “mais iguais do que os outros”, porque no fundo eles são a ponta da espada e são os que conduzem a atividade fim da Força. Mas isto é apenas num nível de rivalidades profissionais que existe em todos os lugares do mundo. Não é como na FAB onde os demais são considerados muito abaixo do aviador, embora isto seja negado veementemente pelo estabelecido.

São centenas de especialidades necessárias para a USAF funcionar. Do Piloto de F-16 ao Oficial de Armamento, tudo são Especialidades. E aí está o grande igualador: Todos têm nível superior e todos têm uma especialidade. Essas especialidades são articuladas em pirâmides de acesso, como por exemplo os pilotos, que começam como piloto (de um tipo de aeronave, um F-16) em treinamento, depois como líder de esquadrilha, depois como parte do Estado Maior de uma Força Aérea, e daí por diante, até chegar a 4 estrelas). O oficial de suprimento, que eu me lembro, tinha uns degraus mais ou menos como Supply Officer, (o que chefiava a Seção de Suprimento), Staff Supply Officer (o que planejava o suprimento nos níveis superiores, com alguns degraus intermediários). Algumas especialidades que não tinham necessidade nos níveis mais altos da administração, eram fundidas com outras que davam acesso a postos mais altos. Quando vamos mudar?

IV - AINDA A FORMAÇÃO DO OFICIAL ESPECIALISTA

Francisco José Dominguez – Coronel av reformado

Eu passei grande parte da minha vida na FAB estudando o problema de organizar e guarnecer a Força com gente preparada adequadamente. Fui aos EUA em missão oficial duas vezes, para visitar os sistemas de administração de pessoal e de treinamento deles. Lá obtive as respostas que eu precisava, e entendi porque aqui as coisas não funcionavam. Fiz duas monografias (na ECEMAR e na EGN) sobre o assunto. Ninguém prestou atenção. Fiz vários estudos, que mandei em frente, quando trabalhei no COMGEP e no COMGAP, também sem respostas.

O fato é que o próprio sistema brasileiro de formação do Oficial Especialista está errado em sua essência, gerando diferenças e preconceitos. **O nosso sistema é feito para dar ao graduado uma possibilidade de acesso ao Oficialato e não para atender às reais necessidades de uma Força Aérea moderna. Ou seja, paternalismo ao invés de profissionalismo. E um falso paternalismo, porque finge que dá acesso ao Oficialato, mas não lhe dá acesso a Postos e Funções, que racionalmente falando deveriam ser ocupados por especialistas.** [Trecho destacado em negrito por mim].

O que realmente importa para a Força, não é permitir que o graduado chegue a oficial. O que importa é ter Especialidades (e especialistas) que atendam às suas necessidades, e formar as pessoas de acordo, dando-lhes o nível adequado à função e ao posto ocupados. Na Marinha Americana vi diversos Chief Petty Officers (equivalentes ao nosso Suboficial) que tinham nível intelectual e profissional superior a muitos de nossos oficiais.

A chave é a Educação e o Treinamento dados aos militares, sem distinções sobre as origens dos mesmos. Quem quiser passar de graduado a Oficial, tem que passar pela formação adequada. Mas esta é uma discussão que a FAB não quer ter.

repassa e divulga

contatos: gonnog@hotmail.com.br

APONTEM-ME POSSÍVEIS ERROS E OMISSÕES

FORÇA AÉREA, BRASIL!